

Maria Helena Ochi Flexor

Ateoria dos miasmas, baseada na noção de contaminação através da decomposição de animais e vegetais, afastava o baiano da paisagem e da vegetação ainda no século XIX quando, com o maior contato com o mundo europeu, chegavam novas idéias e informações. O desenvolvimento da indústria, e suas naturais consequências no Velho Mundo, colocaram o homem em contato com a natureza e obrigaram-no a conhecê-la melhor. Mesmo os artistas tomaram-na como tema e foco de estudo técnico. A tecnologia e o positivismo fizeram o homem viver mais em contato com a realidade vista, percebida, sentida. Esse contato mostrou que ela podia ser domada em benefício do homem de que o higienismo seria uma prova real.

Na Bahia, já atingida por essas novas idéias, a necessidade de domar a natureza foi mais premente com a terrível epidemia de *colera morbus* que a assolou a partir de 1855 (e as demais que se seguiram), fazendo os baianos ter uma nova visão da cidade e das instituições. As teses da Faculdade de Medicina, em boa parte, giravam em torno dessa nova problemática: o higienismo.

A higienização previa não só a limpeza da cidade – através de calçamento de ruas, coleta de lixo, construção de esgotos, reforço das encostas, secularização dos cemitérios, remodelação das casas e prédios públicos –, mas também a remoção das “sujeiras humanas”, num evidente programa de *disciplinarização* da sociedade. Deu-se continuidade à Casa Pia dos Órfãos de São Joaquim e criaram-se o Asilo de Mendicidade, o Asilo da Providência, o Asilo São João de Deus, a Prisão com Trabalho, a Detenção e diversos hospitais, especialmente de isolamento. A polícia foi reestruturada e houve combate constante à vadiagem.

A iluminação a gás, o telégrafo, o telefone e o transporte coletivo – de bondes, elevador hidráulico (Elevador Lacerda), planos inclinados, trens de ferro – completavam o quadro da mudança, provocando, inclusive, uma profunda modificação do desenho urbano e das relações espaciais, dentro da cidade e com a zona rural.

O bonde, especialmente depois de 1870, alargou os limites da cidade e incluiam-se, nos contratos das empresas, a realização de obras de infra-estrutura e embelezamento. Os contornos da cidade estenderam-se até a Amaralina, ao norte, e Itapagipe, ao sul, e avançaram terra adentro para Nazaré, Tororó, Vitória, Graça e Barra. Nessas regiões, abriram-se largos, praças e ruas arborizadas, marcando a mudança da relação do homem com o espaço, que começou a ser regularizado e “aformoseado”, ou seja, havia jardins com plantas da moda, espelhos de água, chafarizes, esculturas, bancos, quiosques, coretos etc. O antigo Passeio Público foi melhorado. E foram alvo de intervenção o Terreiro de Jesus, o Largo do Teatro (Praça Castro Alves), a Praça da Piedade, o Campo da Pólvora, o Largo de Nazaré, a Conceição da Praia, a Praça Marechal Deodoro, o Riachuelo, a Soledade, a Lapinha, Itapagipe, o Dique do Tororó, etc.



Mais próxima do centro administrativo da cidade, a prazeirosa região da Vitória chamou a atenção de todos os viajantes que estiveram na Bahia no século passado, que ali se hospedavam ou moravam. Promoviam-se passeios à cavalo e piqueniques para o local, à moda inglesa. Foi nessa região que começaram a se estabelecer os ingleses, italianos, franceses, alemães e outros estrangeiros que as obras das estradas de ferro, os bondes, o saneamento e as construções levaram para a Bahia. Na Vitória morariam também os *nouveaux riches*, produto do capitalismo nascente, filhos do comércio, da indústria e das empresas construtoras e de transportes.

Na primeira metade deste século, Salvador sofreu diversas influências européias e americanas que a atingiram simultaneamente. Se, por um lado, através da ideologia reformista francesa haussmanniana, absorvida literalmente por J. J. Seabra, promoveu-se a modernização da cidade entre 1912 e 1916, por outro, a própria população reclamava as novas formas de desenhar a cidade, inclusive a classe operária que despontava, indicando as modificações que vinham se efetivando na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos.

Também sob diversas influências nacionais – de Pereira Passos e especialmente de Saturnino de Brito –, realizaram-se, por iniciativa conjunta de Governo e Município, obras de alargamento e calçamento de ruas – da Misericórdia, Chile, Ajuda, Padre Vieira e da Praça Castro Alves ao Farol da Barra e Taboão.

Chamada de Avenida do Estado ou do Governo, foi aprovada, em 1912, a construção de uma via de vinte e um metros de largura, com passeios de três metros, alinhamentos retos e curvos. Inaugurada em 1915, chamou-se, afinal, Avenida Sete de Setembro e ia da Ladeira de São Bento até o pé da ladeira da Barra, passando pela região da Vitória citada acima. Nesse trecho previa um jardim suspenso, entre o Passeio Público e o Campo Grande, com terraços em níveis diferentes, alvo de ironia e piadas, especialmente por parte da imprensa.

Enquanto um articulista elogiava os jardins paulistas e o acerto no plantio de mangueiras no Pará, dizia que a Bahia

(...) vae ter ruas e avenidas oficialmente arborizadas, oficialmente ajardinadas, onde, ainda oficialmente, se desenvolvam plantas escolhidas e – quem sabe? – talvez simultaneamente com as que nellas hoje se vêm e, de que, aliás, nunca ninguém se preocupou. Exultam todos com a nova promissora e ainda que não sejam levadas a serio as avenidas de brinquedo, das quaes tanto se tem falado, uns e outros trocam idéas a respeito do que vae ser a futura arborização das futuras, ou melhor, ex-futuras avenidas, com que um dia se disse o Estado ia brindar a sua capital avelhentada e cachetica.

Ironizava, sugerindo que a cidade fosse arborizada com os nativos capins e mamoneiras, oitis e plátanos naturais: “Não seria mais patrioticamente fiteiro¹ quem, tratando de avenidas cinematrographicas, imaginasse a sua arborização feita com essas viçosas gramineas, euphorbiaceas, malvaceas, curcubitaceas que hoje dão á

1. Alusão às fitas cinematográficas de propaganda das reformas progressistas de Seabra.



cidade os tons de uma propriedade rural em abandono, do que quem, nas mesmas condições, preferisse plataneas e chrysobolaneas?" E continuava: "Que indescriptivel belleza não haviam de ostentar essas enigmáticas avenidas, si arborizadas a mamoneiras, e quantas economias se não fariam aproveitando-se o verdejante capim que empresta ás ruas da cidade de Thomé de Souza essa distinção, essa graça que ninguem lhe nega, para o relvado dos jardins suspensos?"²

Paradoxalmente, as mencionadas reformas seabristas interromperam, e mesmo destruíram, o processo de ajardinamento da cidade e imprimiram-lhe novamente o clima de desasseio:

A hygiene publica, como todos os outros departamentos da administração se remodelou ou se está remodelando neste momento; a hygiene, da mesma sorte que algumas ruas da cidade, soffreu ou está soffrendo os effeitos desta epocha accidentada e movimentadissima de surpresas, de demolições, de avenidas, de cinemas, de fitas, que a Bahia atravessa meio atordoada, meio timida e descrente.³

A ordem foi revertida. As inúmeras construções, remodelações e demolições provocaram a presença de poeira por todos os cantos da cidade. A população reclamava irrigação, pelo menos duas vezes por dia, para abaixar essa poeira.

Seabra que, junto com o Intendente Municipal, Júlio Viveiros Brandão, promoveu as reformas sob a ideologia progressista e higienista, pretendia embelezar a cidade com arborização das ruas e praças, criar logradouros públicos para passeio e lazer, construir monumentos e chafarizes, harmonizando-os com edifícios e casas em estilos modernos e uniformes. A preocupação em fazer circular o ar para conter os germes mórbidos foi uma das principais motivações para suas grandes obras. Procurou controlar as habitações através do Juízo dos Feitos da Saúde Pública para conhecer as "ações e processos civis e criminais em matéria de higiene e salubridade pública" e especialmente como preventivo das ações da população contra as remodelações. Criou também a Engenharia e Estatística Sanitária. Recorreu a fitas cinematográficas para instruir a população.

A abertura das grandes avenidas destruiria parcialmente o jardim da Praça da Piedade, parte do Campo Grande na Cidade Alta, o jardim em frente à Conceição da Praia, a Praça Marechal Deodoro e a praça em frente à Associação Comercial, ameaçada também de desaparecer. Os jardins das residências, que tinham se implantado em torno das casas no século XIX, foram parcial ou totalmente destruídos, dando espaço para o alargamento das avenidas, especialmente da Avenida Sete de Setembro. E Seabra

2. *Diário de Notícias*, Salvador, em 21 de janeiro de 1913, p. 1.

3. *Diário de Notícias*, Salvador, em 3 de janeiro de 1913, p. 1. Esse tipo de jardim não era novo em terrenos accidentados. O arquiteto francês F. P. Lenoir tinha projetado, já em 1859, um magnífico Palácio da Assembléia Legislativa, que deveria ocupar o lugar da Casa da Moeda e de duas casas pertencentes à Santa Casa de Misericórdia. À maneira das praças francesas, pretendia alargar o espaço da Praça do Palácio e das ruas adjacentes, colocar uma coluna, em homenagem a D. Pedro I, em frente da Câmara, e transformá-la numa praça-terraço. A sinuosidade do terreno seria ocupada com jardins e jatos d'água em cascata. O projeto pretendia transformar a praça num grande panorama que fosse como a *avant-scène* para o teatro. Mas nunca saiu do papel.



queria incorporar o Passeio Público como “quintal” do Palácio da Aclamação, escolhido por ele para residência dos governadores, esquecendo-se de que o mesmo tinha passado à administração municipal desde 1894. O verdeamento oficial, como dizia o colunista, só foi feito depois de 1915. Salvador era outra cidade.

Houve muitas críticas às reformas que, no ver de alguns, só favoreciam as elites. Afetada a cidade pela ideologia inglesa das cidades-jardins, cujo planejamento abarcava acomodações para todas as classes sociais e econômicas – especialmente proletariado e empregados públicos –, cobrava-se de Seabra um projeto mais abrangente. Pressionado, convidou os “capitalistas” para uma reunião no Palácio Rio Branco, ainda em 1912, para incentivá-los a promover a construção de casas populares.

As grandes reformas, somadas à recente libertação dos escravos, trouxe problemas sérios relativos às moradias, especialmente as populares, muitas das quais tinham sido interditadas pela polícia sanitária. A própria população passou a reclamar moradia mais barata em movimentos populares de luta contra os altos aluguéis. O Comitê Popular contra a Carestia de Vida, que teria na figura do major Cosme de Farias seu maior incentivador, encabeçou um desses movimentos⁴. Com as casas populares reclamavam-se praças e jardins.

Em 1913, cogitava-se a ocupação de Itapagipe com o projeto dos engenheiros Antônio Navarro de Andrade e Manoel Weyll para a construção de núcleos habitacionais populares nos distritos dos Mares e Penha, com a abertura de importantes avenidas, criando o que chamavam Cidade Nova, com base nas cidades-jardins. A idéia não era nova, mas, de tempos em tempos, retornava. A luta contra a parte antiga da cidade, contra a “velha mulata”, como a chamou um cronista, intensificou-se. O projeto visava também unir o bairro industrial da Plataforma, pelo lado da Ribeira, com a Península, por meio de uma ponte.

A municipalidade, desde longa data, também escolhia a Península de Itapagipe para a construção da Cidade Nova. O local foi preferido por sua extensão em área edificável, quase plana, pelas belezas naturais, pela salubridade e por ser centro da atividade industrial. Além disso, era o centro de “festas sportivas”, abrigando, desde o início do século, o Club de Regatas Itapagipe.

Alguns profissionais deram, publicamente, pareceres sobre o projeto de Andrade e Weyll. Um deles foi Justino da Silveira Franca, ressaltando que o projeto constituía uma das maiores aspirações do progresso da cidade.

A esse tempo, já estavam abertas as três grandes avenidas – Fernandes da Cunha, Conselheiro Zacarias e uma terceira, para a qual se sugeriu o nome do Barão de Cotegipe – com novas ruas transversais alargadas. Planejava-se uma avenida beira-mar que partia da Praça Deodoro, acompanhando as curvas da baía, passando por Monte Serrat, Penha e prolongando-se até a enseada de Itapagipe. Essa avenida deveria ser comparável à Avenida Beira-mar da Guanabara.

4. Já se conheciam na Bahia as teorias apresentadas por um certo Mr. Levy na *Académie des Sciences Morales*, de Paris, tendo por objeto as cidades-jardins. Já se comentava o Garden City, de 1904, em seus detalhes. *Diário de Notícias*, Salvador, 5 de março de 1913, p. 3.



O ideal de construção de casas a preços acessíveis estava em pleno vigor. "O problema do dia é o das habitações populares, é a construção de casas hygienicas, de aluguel módico, para o nosso proletariado", dizia o engenheiro Franca, referindo-se ao plano de melhoramentos com base nos planos das cidades-jardins então divulgados. No parecer dado, por solicitação do Governo, dizia ele ainda:

Os projectos de edificação estão bem organizados, obedecendo aos diversos typos de casas ás condições hygienicas e ás exigencias estheticas. No plano das construções, foi adoptado o sistema conhecido pela denominação de cidade-jardim, tão preconizado actualmente⁵.

Nesse sentido, J. J. Seabra, por Decreto de 24 de janeiro de 1913, concedeu, também, a José Pereira Soares, os favores do decreto nº 1.210, de 6 de dezembro do ano anterior, para a construção de 500 casas populares. No mesmo ano, assinaram-se contratos com Magalhães e Cia. e Almeida Castro e Cia. para a construção de casas para operários⁶. A Companhia Comercial Construtora, apesar de ter sido acusada de roubo de plantas, assumia o contrato dessas duas companhias e submetia à aprovação do governo planos e plantas de quatro tipos diferentes de construções para serem levados a efeito na Boa Viagem, em Dendezeiros e em terrenos do antigo Hipódromo da região. A Companhia de Serraria e Construções submeteu à aprovação plantas e projetos dos primeiros grupos de casas a serem construídas na Fazenda Garcia e na Madragoa, em Itapagipe, entre outros exemplos.

Muitos desses projetos tiveram que ser adiados porque havia, por incrível que pareça, falta de mão-de-obra, causada, ainda, pela emancipação dos escravos e pela ausência de imigrantes, (embora o governo fizesse esforços para atraí-los), e êxodo de baianos para o sul. José Pereira Soares, em 1913, requereu à Intendência prorrogação de um ano para dar início à construção das 500 casas destinadas ao proletariado, de acordo com o contrato que lavrou, alegando falta de operários, os quais esperava contratar na Europa, onde estudaria tipos de casas para as referidas construções.

Sobre o projeto de Navarro de Andrade e Weyll, opinou, também, José Allioni. Além de sugerir que o projeto se estendesse para toda a península, Allioni lembrava que, desde 1814, o Conde dos Arcos projetara a mudança da capital para aquele distrito, dando, então, começo ao canal denominado da Jequitaia, obra pouco depois interrompida e que, recomeçada em 1845, pelo General Andréa, foi novamente abandonada⁷.

5. *Diário de Notícias*, Salvador, 27 de março de 1913, p. 3.

6. *Diário de Notícias*, Salvador, 29 de janeiro de 1913, p. 1.

7. Tomé de Sousa já pensara em fundar a cidade do Salvador naquelas paragens. Não o fez por causa da necessidade de defesa. Em 1846, Engenheiro Conde de Hermanson fez a planta da Cidade, não só em função das obras que se planejavam para os lados de Itapagipe, mas também abrangendo todos os subúrbios, para execução das obras públicas. O canal foi abandonado, mas deu-se início ao calçamento da estrada que, da Cidade, seguia para o Bomfim, tendo sua conclusão suspensa pela inclusão da obra na nova lei que obrigava os proprietários a pagarem-na. Desde 1889, sob a presidência de Manuel do Nascimento Machado Portella, anuncia-se a necessidade de aumentar a faixa demasiado limitada da



Também previa que, estando junto às Estradas de Ferro, em breve seria um prolongamento natural do centro comercial, acontecendo, como em Pernambuco, mudança da capital de Olinda para Recife, pois o comércio exigiria uma faixa de terras portuárias mais largas do que a existente na Cidade Baixa.

Alguns meses antes da apresentação desse projeto, a idéia de aproveitamento da área tinha sido aventada pelo professor João Francisco Lopes Rodrigues, em artigo publicado no *Jornal de Notícias*, em 28 de Julho de 1912. Esse mesmo professor previa que a enseada de Itapagipe, centro das festas sportivas, se prestaria “largamente a mais bella adaptação de moradias campestres e de um horto botânico ou jardim de aclimatação”. Segundo Allioni, isso permitiria “a criação de nova fonte de receita, o que, aliás, já é feito, por intermedio de particulares, em não pequena escala, do Rio para o estrangeiro, com a exportação de bellos especimenes de nossa rica e especialissima flora”⁸.

Via-se nesse projeto o fim de nossa vetusta e carunchosa Cidade Alta e a tomada da mesma medida que Minas Gerais: “em vez de remodelar Ouro Preto, preferiu fundar uma hygienica e nova capital em Bello Horizonte”. Opinaram favoravelmente ao projeto, além de Justino Franca, José Allioni, João Francisco Lopes Rodrigues, também os conceituados engenheiros Américo Simas, Theodoro Sampaio e Themistocles Menezes, bem como a imprensa. Navarro e Weyll tinham como principal meta, além de construir avenidas, ruas transversais, jardins, calçar todas as avenidas, praças e ruas, construir os respectivos passeios e fazer a devida arborização. O projeto não foi levado adiante⁹.

Mas a era das casas populares já tinha começado. Não eram contempladas por grandes jardins; um jornalista dizia que os habitantes pobres e miseráveis da cidade não podiam aspirar “o goso de jardins, de árvores frondosas em torno de suas habitações, esse goso, esse prazer, que lhes retempera as forças, que os faz esquecer, por curtos minutos, as dificuldades da vida, nos jardins públicos ou à sombra das árvores que embellezem as ruas e praças”¹⁰.

parte baixa da Cidade. Dizia: “projetei ampliá-la ligando-a aos bairros do Bomfim e Itapagipe para formar com estes a grande Cidade nova, comercial e industrial, conquistando ao mar uma larga faixa, desde o princípio do Cais Novo até o Forte de Santo Alberto, por meio de um cais e aterro entre este e a extensa mas estreita e quase intransitável artéria que hoje serve de comunicação para aqueles bairros”. José Alves do Amaral, *Resumo cronológico e noticioso da Província da Bahia desde o seu descobrimento em 1500*, 2. ed., Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1922, p. 123.

8. *Diário de Notícias*, Salvador, 7 de fevereiro de 1913, p. 1.

9. Os autores tiveram notícias de que o seu projeto estava em estudo no escritório de Almeida Castro & Cia., que também se propunha à construção de casas populares, e estava sendo copiado no escritório da Companhia Comercial Construtora. Diziam ter confiado o projeto ao Conselho da Câmara e que o presidente da comissão encarregada de examiná-lo, conselheiro Pedro Bastos de Seixas, o teria passado àqueles. Acusavam principalmente a Companhia Comercial de se apropriar de seus planos, pois esta era proprietária de uma extensa faixa de terrenos na Boa Viagem e Dendezeiros, onde seria construída uma parte das habitações populares, de acordo com os contratos celebrados com o Estado e com o Município. Prometiam entrar na justiça, advogando direitos autorais. Em seguida, eclodiria a I Guerra Mundial.

10. *Diário de Notícias*, Salvador, 21 de janeiro de 1913, p. 1.



Também não teria efeito o projeto de Theodoro Sampaio, de 1919, que mudava o eixo da Cidade Nova (a Cidade Luz) para os terrenos de propriedade de Manuel Dias da Silva, hoje correspondente a Pituba, do outro lado da cidade, também concebido sob a idéia de cidade-jardim.

O único projeto (de ocupação parcial) de êxito na região de Itapagipe foi de iniciativa particular. Graças ao pioneirismo de Luís Tarquínio, em 4 de março de 1891, foi inaugurada a Fábrica de Tecidos do Empório Industrial do Norte. Situava-se na Avenida Luís Tarquínio, antiga Boa Viagem. Seu idealizador foi chamado "o Mauá baiano". Teve como companheiros de direção Leopoldo José da Silva e Miguel Francisco Rodrigues de Moraes. Colaboraram nos trabalhos de construção os engenheiros Augusto Weilemann e Augusto Frederico de Lacerda.

A Vila Operária, construída junto à fábrica, foi inaugurada em maio de 1892, ligada ao estatuto dos trabalhadores. A vila possuía 258 residências, dispostas em oito quarteirões de casas paralelas umas às outras. Tinha jardins, diversões, campo de esportes, escola, ambulatório, serviço de proteção de incêndio e vários outros equipamentos. As ruas eram cimentadas, com ligeiro declive para esgotamento das águas, e lavadas diariamente. O açougue, a farmácia, a loja de fazendas e o armazém de víveres eram modelos de organização. Luís Tarquínio tinha ido à Inglaterra, à Bélgica e à Alemanha e trouxera, também, o exemplo da nascente indústria americana para completar o conjunto que, na opinião dos técnicos, constituía um "monumento homogêneo". A praça central era ajardinada, com dois coretos para bandas de música, e tinha ao centro, desde 1899, a estátua de seu fundador. A Escola Luís Tarquínio era o maior edifício, destinado aos filhos dos operários, com instrução elementar e ensino artístico – aulas de pintura, escultura e música¹¹.

Já nesse tempo, a preservação da natureza começava a preocupar a Europa, o Brasil e mesmo a Bahia. O combustível preferido para as fornalhas das indústrias, usinas, trens era a lenha tirada das florestas. Começavam os apelos e movimentos para sua conservação. Em 1914, se realizaria, em Paris, o Congresso Florestal Internacional, por iniciativa no Touring Club da França. No Chile, haveria um Congresso Chileno-Argentino para tratar da defesa das florestas andinas. O Brasil foi convidado a participar dos eventos e, na Bahia, aproveitou-se para se criticar a devastação das matas e os problemas da seca que, já no período, faziam muitos baianos migrar para o sul.

Jardins e ar despoluído já estavam na moda. Os moradores da Calçada já reclamavam contra as fábricas de cigarros, enquanto o Recreio Fratelli Vita exibia, em seu espetáculo cinematográfico, um delicioso filme "do natural": *Uma visita ao jardim de acclimatação de Stockolmo*.

O interesse pela natureza crescia cada vez mais e, em 1919, já se preconizavam tratamentos naturais, sem operações, em clínica no Cruzeiro de São Francisco. Es-

11. A direção geral dessa escola ficou, nos primeiros anos, a cargo da professora americana Ana Cheney, antiga diretora do Hampton Institut, nos Estados Unidos. Ainda funcionava em 1949.



pecialidades: helioterapia, pneumoterapia, fototerapia, hidrocinesoterapia, trefoterapia. Esse mesmo interesse também norteava comportamentos sociais.

Por outro lado, entretanto, a falta de fiscalização, por parte do Município junto aos jardins públicos, era evidente. Com freqüência, reclamava-se policiamento e estabelecimento ou cumprimento de postura. Não faltavam queixas de que o jardim da Praça 15 de Novembro estava tomado por menores desocupados que se divertiam em arrancar as plantas dos canteiros, destruindo-as em seguida.

Enquanto isso, os pintores premiados com as pensões do governo para estudar na Europa também pintavam paisagens, mas de Paris... ou da Bretanha. Exemplos típicos, no início deste século, foram Lopes Rodrigues e Presciliano Silva¹².

12. *Diário de Notícias*, Salvador, 5 de julho de 1913, p. 2.